



Trabalhos apresentados na

**I Jornada de Estudos do Poder Aeroespacial
“Defesa Nacional, Fronteiras e Territorialidade”**



EDUNIFA 

Trabalhos apresentados na

I Jornada de Estudos do Poder Aeroespacial
“Defesa Nacional, Fronteiras e Territorialidade”

EDUNIA 

Rio de Janeiro
2023

Todos os direitos desta edição reservados à Editora da Universidade da Força Aérea.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia sem a autorização escrita da Editora ou dos autores.

Os infratores estão sujeitos às penas da lei.

A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da UNIFA

T759

Trabalhos apresentados na I Jornada de Estudos do Poder Aeroespacial: "Defesa Nacional, Fronteiras e Territorialidade / organizado por Centro de Estudos Estratégicos. - Rio de Janeiro, RJ: EDUNIFA, 2023.

25 p.

ISBN: 978-65-89535-12-6

1. Poder Aeroespacial. 2. Defesa Nacional. 3. Territorialidade. I. Universidade da Força Aérea. II. Centro de Estudos Estratégicos. III Título

CDU: 355

2023

EDUNIFA

Editora da Universidade da Força Aérea

Av. Marechal Fontenelle, 1000 - Campo dos Afonsos

Rio de Janeiro - RJ - CEP 21740-000

Telephone number: +055 21 21572753

E-mail: editora.unifa@fab.mil.br



Trabalhos apresentados na

I Jornada de Estudos do Poder Aeroespacial
“Defesa Nacional, Fronteiras e Territorialidade”

EDUNIFA 

Reitor da UNIFA

Maj Brig Ar José Virgílio Guedes de Avellar, Universidade da Força Aérea, UNIFA, Rio de Janeiro, Brasil

Vice-Reitor da UNIFA

Cel Av R/1 Marcelo Celso Mendonça Bessa, Universidade da Força Aérea, UNIFA, Rio de Janeiro, Brasil

Pró Reitor de Apoio à Pesquisa e ao Ensino

Cel Av R/1 Toni Roberto Carvalho Teixeira, Universidade da Força Aérea, UNIFA, Rio de Janeiro, Brasil

Coordenadora da Editora e Editora-Chefe

Prof^ª. Dr^ª. Karina Coelho Pires, Universidade da Força Aérea, UNIFA, Rio de Janeiro, Brasil

Conselho Editorial Científico

Prof. Dr. Amit Gupta, Forum of Federations, Ottawa, Canadá

Prof. Dr. Claudio Rodrigues Corrêa, Escola de Guerra Naval, EGN, Rio de Janeiro, Brasil, CMG

Prof. Dr. Eduardo Svartman, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Rio Grande do Sul, Brasil

Prof. Dr. Erico Duarte, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Rio Grande do Sul, Brasil

Prof. Dr. Fabio Walter, Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Paraíba, Brasil

Prof. Dr. Fernando de Souza Costa, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, INPE, São Paulo, Brasil

Prof. Dr. Flavio Neri Jasper, Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, SEFA, Distrito Federal, Brasil, Cel Av R1

Prof. Dr. Francisco Eduardo A. de Almeida, Escola de Guerra Naval, EGN, Rio de Janeiro, Brasil, CMG

Prof. Dr. German Wedge Rodríguez Pirateque, Escuela de Postgrados de la Fuerza Aeroespacial Colombiana, EPFAC, Bogota, Colombia, Mayor Eng.

Prof. Dr. Gills Vilar Lopes, Universidade da Força Aérea, UNIFA, Rio de Janeiro, Brasil

Prof. Dr. Guilherme S. Góes, Escola Superior de Guerra, ESG, Rio de Janeiro, Brasil, CMG

Prof. Dr. Howard H. Hensel, United States Air Force, USAF, Alabama, Estados Unidos

Prof. Dr. João Roberto Martins Filho, Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Paulo, Brasil

Prof. Dr. Joseph Devanny, King's College London, KCL, Londres, Inglaterra

Prof. Dr. Koshun Iha, Instituto Tecnológico de Aeronáutica, ITA, São Paulo, Brasil

Prof. Dr. Lamartine N. F. Guimarães, Instituto de Estudos Avançados, IEAv, São Paulo, Brasil

Prof. Dr. Marcelo de A. Medeiros, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Pernambuco, Brasil

Prof. Dr. Marco Antonio S. Minucci, Instituto Tecnológico de Aeronáutica, IEAv, São Paulo, Brasil, Cel Eng R1

Prof. Dr. Scott Tollefson, National Defense University, NDU, Washington, Estados Unidos

Prof. Dr. Stephen Burgess, United States Air Force, USAF, Alabama, Estados Unidos

Prof^ª. Dr^ª. Selma Lúcia de Moura Gonzales, Escola Superior de Defesa, ESD, Brasília, Brasil, TCel

Prof^ª. Dr^ª. Thais Russomano, King's College London, KCL, Londres, Inglaterra

Prof. Dr. Vantuil Pereira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil

Prof. Dr. Vinícius Carvalho, King's College London, KCL, Londres, Inglaterra

Revisão Técnica

1º Ten BIB Leandro Henrique de Oliveira Spinola, Universidade da Força Aérea, UNIFA, Rio de Janeiro, Brasil

2º Ten MIM Maressa Elias Souza Kreischer, Universidade da Força Aérea, UNIFA, Rio de Janeiro, Brasil

2º Ten BIB Júlio César Carmelo da Costa, Universidade da Força Aérea, UNIFA, Rio de Janeiro, Brasil

Equipe de Edição

Diagramação

SO SDE Samuel Gonçalves Mastrange, Universidade da Força Aérea, UNIFA, Rio de Janeiro, Brasil

SO SDE Edson Galvão, Universidade da Força Aérea, UNIFA, Rio de Janeiro, Brasil

CB SGS Lessandro Augusto da Silva Queluci, Universidade da Força Aérea, UNIFA, Rio de Janeiro, Brasil

Desenvolvimento WEB

2S SAD Diego Sodré Ribeiro, Universidade da Força Aérea, UNIFA, Rio de Janeiro, Brasil

Centro de Estudios Estratégicos

CEE

Copyright©2023 - Centro de Estudos Estratégicos (representante dos palestrantes)

Universidade da Força Aérea
Centro de Estudos Estratégicos
I Jornada de Estudos do Poder Aeroespacial
“Defesa Nacional, Fronteiras e Territorialidade”

Comandante da GUARNAE-AF
MajBrig Ar JOSÉ VIRGÍLIO GUEDES DE AVELLAR

Coordenador do Seminário
Cel Int R/1 Prof. Dr. PAULO PEREIRA SANTOS (CEE)
Adjunto Prof. Dr. BRUNO DE MELO OLIVEIRA (CEE)

Comissão Organizadora
Titular Cel Av R/1 Me MARCELO CELSO MENDONÇA BESSA (VR)
Adjunto Prof. Me. NACÁCIO LEOCÁDIO DO NASCIMENTO (CEE)

Projeto gráfico e capa
Sgt R/1 JAIRO DE PAULA BAPTISTA (CEE)

Comunicação Social da UNIFA
Cel Av R/1 ANTONIO SÉRGIO COUTINHO DA SILVA (ACSRI)
1º Ten QOCON REP PROF.a Ma. POLLYANA RODRIGUES PESSOA (ACSRI)

Secretaria e documentação
SO R/1 CARLOS JOSÉ GONÇALVES DA GAMA (CEE)
CB QCB SAD PATRIC GIBSON LIMA (CEE)

Sumário

Introdução	7
O Poder Aeroespacial como domínio territorial atmosférico de um Estado	8
Carlos Eduardo Valle Rosa, Cel Av R1, Prof. Dr.	
A defesa de um território e suas complexidades	11
Eduardo Karol, Prof. Dr.	
Processos de construção da territorialidade de um estado	14
Marcos Leandro Mondardo, Prof. Dr.	
Por um Complexo Regional de Segurança na América do Sul	19
Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Prof. Dr.	
OS AUTORES	24

Introdução

CONCEITO DA JORNADA

A relação entre Poder Aeroespacial e Geografia é baseada na compreensão de como o domínio do espaço aéreo e o poder sobre ele afetam a forma de como as nações e estados lidam com seus recursos e limitações.

Entre os vários conceitos utilizados pela Geografia, como uma ciência autônoma, Território é definido, grosso modo, como um espaço que está submetido a uma relação de Poder. Nessa mesma linha de pensamento, Territorialidade diz respeito às práticas espaciais de controle territorial; para que se torne o seu território, onde uma Nação precisa exercer algum tipo de controle sobre ele, ou seja, o espaço dominado pelo Poder.

O Território Nacional significa que há uma Nação que exerce o poder sobre aquele espaço, onde a qual exerce uma soberania.

Já Soberania se vincula, considerando o Poder que se tem, ao controle, proteção e manutenção do espaço territorial, atmosférico e faixa oceânica (mar territorial e zona econômica exclusiva).

Propõe-se, com a realização da **I Jornada de Estudos do Poder Aeroespacial**, discutir sobre o desafio de monitorar, fiscalizar, proteger, defender a parte do território que diz respeito ao ambiente atmosférico, área de atuação do Poder Aeroespacial, em defesa contra o risco do comprometimento da soberania sobre o território nacional.

A Territorialidade é relevante no Poder Aeroespacial no contexto de destacar a segurança nacional e a proteção do espaço aéreo de um país, bem como gerenciar e controlar esse espaço.

Trata-se de encaminhar uma discussão em que seja possível debater os impactos das demandas referenciadas sobre o papel do Poder Aeroespacial e sua participação na Defesa Nacional sob as lentes da Geografia, que tem, entre os seus principais enfoques, os estudos de gestão territorial e do espaço, em toda a sua amplitude.

O diálogo com a Geografia se faz necessário para o planejamento do território, e no contexto aéreo, é necessário para planejar operações aéreas eficientes e seguras, determinação de rotas úteis e nas missões de reconhecimento e observação. Nesse contexto pretende-se discutir na Jornada:

O Poder Aeroespacial como domínio territorial atmosférico de um Estado

RESUMO

O ambiente aeroespacial conjuga o espaço aéreo e o espaço exterior, em um domínio geográfico caracterizado pela contiguidade. Esse domínio testemunha fenômenos de relações de poder, reclamos de soberania e definição de territórios, considerados como espaço vital e regiões politicamente valiosas, além de despertar o sentido de territorialidade. Definir esses imperativos de forma geográfica e contextualizá-los com as dinâmicas do Poder Aeroespacial é essencial para a melhor compreensão da geografia na terceira dimensão.

1. INTRODUÇÃO

O advento do poder aéreo altera a equação no campo de batalha, e da guerra como um todo. Insere-se a perspectiva tridimensional nos cálculos de combate. A evolução do conceito de poder aéreo para poder aeroespacial, com o acoplamento do espaço exterior como espaço de batalha, tornou ainda mais discutível a perspectiva bidimensional da guerra. O espaço aéreo e o espaço exterior passam a fazer parte desse complicado espectro de dimensões que hoje compõem a equação geográfica da guerra.

2. PROBLEMÁTICA

O propósito é discutir em que medida o poder aeroespacial transformou o domínio territorial de um Estado. Nesse debate, inserimos questões de relação de poder, de soberania, do conceito de território e de territorialidade, temas comumente tratados na geografia, na geopolítica, nas relações internacionais e nos estudos estratégicos.

Há que se observar preliminarmente que desde a primeira metade do século XX, impulsionada sobretudo pelas duas guerras mundiais, a sociedade contemporânea vive uma dinâmica de exploração geográfica, cujo foco de interesse desloca-se da dimensão do plano ou da superfície - terrestre ou marítima - para a chamada terceira dimensão.

Esse movimento é consistente com dinâmicas que se explicam na geografia clássica, pois se trata da ocupação de novos “espaços vitais”, uma concepção de Friedrich Ratzel, do final do século XIX. Esse geógrafo alemão formulou Leis do Crescimento Espacial dos Estados, considerando que a expansão dos Estados ocorre na direção das fronteiras. Aliada às ideias da necessidade de novas áreas em função da expansão do efetivo demográfico e da demanda por mais recursos naturais, Ratzel estabeleceu as bases teóricas para justificar processos de expansão territorial dos Estados.

Consideramos o ambiente aeroespacial como um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que formam o espaço geográfico”, como afirmou Milton Santos (Santos, 2014, p. 62). Nesse sentido o ambiente aeroespacial é o *locus* de exercício do poder aeroespacial. Balões, dirigíveis, aeroplanos, aeronaves e satélites, que efetivamente ocupam esse espaço geográfico, tem sido vetores dessa perspectiva tridimensional, pois modificam a relação do poder aeroespacial com a geografia.

Na análise dessa relação entre poder aeroespacial e geografia, ressaltam alguns aspectos: a) os meios que ocupam o ambiente aeroespacial são vetores de um novo relacionamento geográfico do homem com o espaço físico, através da oportunidade de rápido deslocamento entre pontos distantes na superfície (mudanças no padrão espaço-tempo e acesso a áreas remotas, por exemplo); b) são instrumentos políticos de determinação de territórios, via soberania, relações de poder e, até mesmo, afirmação de territorialidades; c) agem como ferramentas de desenvolvimento econômico e industrial (como é o caso do turismo e do comércio); d) são precursores da progressão científico-tecnológica (tais como na pesquisa meteorológica, topográfica ou ambiental); e) colaboram no exercício de influência ideológica entre os povos e os Estados, por meio de condicionantes que se refletem na conexão entre os continentes e as culturas.

Dois pontos são chave para a discussão relacional. O conceito de território e a territorialidade. A conquista da terceira dimensão implicou na própria modificação da noção de fronteira (ou de linha limítrofe) entre os Estados. Esse foi, por si só, um fator de relevante impacto na geografia, que via a fronteira como expressão máxima do espaço estatal. Se o território era delimitado pela fronteira, o que dizer sobre a possibilidade de ultrapassagem dessa fronteira pelo ar?

Associada à questão do conceito de território, cabe-nos discutir a relação entre Poder Aeroespacial e Territorialidade. A “territorialidade para os humanos é uma poderosa estratégia de controle de pessoas e coisas por meio do controle de uma área” (Sack, 1986, p. 5). Territorialidade é a “tentativa de um indivíduo ou um grupo em afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e pela afirmação de controle sobre uma área geográfica” (Sack, 1986, p. 19). A territorialidade que se projeta no ambiente aeroespacial pode se observar tanto como estratégia quanto sentimento. A geógrafa brasileira Bertha Becker conclui que “a territorialidade é a expressão vivida do poder, que se manifesta numa relação humana com território” (2012, p. 128).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre Poder Aeroespacial e geografia pode importar da cartografia, e da geopolítica, uma importante contribuição. Nicholas Spykman introduziu uma nova perspectiva geográfica com a projeção azimutal polar em 1944. O mapa sugerido por Spykman revelava a inadequação da projeção cilíndrica (em especial, a de Mercator), destacando pontos essenciais na relação de poder advinda da era da aviação: a questão das linhas de comunicação aéreas, ou rotas aéreas, melhor representadas nesse tipo de mapa; o ponto de vista dos EUA, apontando para o

Norte, região estratégica fronteira à Europa e à URSS; a relevância do poder aéreo “na continuidade entre as massas terrestres ao redor do Oceano Ártico”; e a centralidade dessa área geográfica no “relacionamento norte-americano com a Eurásia” (Spykman, 1944, p. 17).

Alexander de Seversky refinou essa cartografia inovadora inserindo novos elementos na relação. Criticou: a “ilusão do isolamento geográfico” (Seversky, 1950, p. 1); reforçou a noção de contiguidade do espaço aéreo; propôs a “alteração do foco em localidades específicas, como grandes centros populacionais, para a visão do mundo por longitude e latitude”; avocou a ideia de um ininterrupto *oceano do ar*” (Seversky, 1988, p. 20); desenvolveu uma “visão unitária global”. Com Seversky, ocorre a ampliação da escala de atuação da aviação do local (ou regional) para o global, uma “visão global do homem do ar” (Cohen, 1963).

Seversky propõe uma abordagem para o poder aéreo, adaptando a projeção azimutal equidistante centrada no polo Norte. Nessa nova perspectiva a relação espacial e de distância seria totalmente diferente em face da realidade tridimensional incorporada com a aviação. No mapa, observa-se o círculo na cor azul e a elipse em amarelo, áreas de dominação aérea, respectivamente sobre controle norte-americano e soviético. Ainda no mapa, a área verde é um espaço de confluência ou de interseção entre as zonas de influência norte-americana e soviética (azul e amarela), configurando um espaço de conflito potencial. Essa área verde é, efetivamente, uma nova visão de zona de fronteira na qual, por meio da perspectiva tridimensional de Seversky, localiza-se um *território* contestado.

REFERÊNCIAS

- BECKER, B. K. A Geografia e o resgate da Geopolítica. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 2, nº 1, p. 117-150, 2012. Sessão de Clássicos.
- COHEN, S. B. **Geography and Politics in a Divided World**. Methuen, London: Methuen & Co. Ltd. , 1963.
- SACK, R. D. **Human Territoriality: Its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v. 1ª (Coleção Milton Santos), 2014.
- SEVERSKY, A. N. P. D. **Air Power: Key to Survival**. New York: Simon and Schuster, 1950.
- SEVERSKY, A. P. D. **A Vitória pela Força Aérea**. Tradução de Asdrubal Mendes Gonçalves. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 1988. (Coleção aeronáutica. Arte militar e poder aeroespacial; v.1).
- SPYKMAN, N. J. **The Geography of the Peace**. New York: Harcourt, Brace and Company , 1944.

A defesa de um território e suas complexidades

1. INTRODUÇÃO

O tema proposto pela organização da I Jornada de Estudos do Poder Aeroespacial, “A defesa de um território e suas complexidades” permite seguir por diversos caminhos. O evento objetiva “discutir os desafios de monitorar, fiscalizar, proteger, defender a parte do território que diz respeito ao ambiente atmosférico, área de atuação do Poder Aeroespacial”. Em primeiro lugar, a ideia de “defesa” implica a existência de conflito, disputa e necessidade de antecipar relações entre atores em confronto. Segundo, sobre o conceito de território, que tem várias definições nas ciências sociais, as quais podem ser articuladas para o entendimento da realidade. Por fim apresentar as complexidades de uma nação, que visa cuidar de um território com extensão continental, como é o caso do Brasil.

Desse modo, começaremos pelo marco da defesa, em seguida apresentaremos a concepção de território com a qual trabalhamos e por fim discutiremos o que é complexo na defesa de um território.

2. DEFESA

O tema “defesa nacional” é uma constante entre os países no âmbito da cooperação internacional, uma vez que as ameaças transnacionais exigem a atuação de Estados em colaboração. Mesmo tendo ciência do processo de relações cooperativas entre os países, não abordaremos aspectos relativos a essa escala de análise internacional. Trataremos da defesa nacional de maneira restrita a um território.

No Brasil, a defesa nacional é orientada por três documentos produzidos pelo Poder Executivo e aprovado pelo Congresso Nacional. A Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN), informam o que o Estado Brasileiro entende por Defesa. Esta é definida como o “conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado para a defesa do Território Nacional, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas” (LBDN, 2020, 190).

O principal ponto que trazemos à discussão é a ideia da centralidade do Estado como o ator principal na defesa de um território. A Geografia Política, discute e analisa outros atores que compõem a sociedade, como movimentos sociais, organizações não governamentais, sindicatos de trabalhadores e de empresários entre outros. No século XXI é necessário pensar a sociedade como totalidade de atores na organização do território e sua defesa.

Por isso, defendemos uma ampliação da participação de outros atores sociais nas discussões sobre defesa na sociedade brasileira. Não basta o Poder Executivo ter a incumbência de formular documentos, de quatro em quatro anos, como exige a lei. É necessário incorporar a sociedade civil organizada nos debates sobre a defesa do território em que vive. Eis um primeiro ponto complexo!

3. TERRITÓRIO

O debate sobre o conceito de território apresenta várias concepções. A definição a seguir condensa a multiplicidade de concepções: o território “é produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados” (Haesbaert, 2002, 121).

Em geral, “um espaço delimitado por relações de poder”; e “um espaço de um ou mais atores mediados pelas relações de poder” expressam definições diferentes de território. Com essas duas propostas de definição podemos entender o território com ênfase no Estado-Nação, onde vigora as ideias de soberania e controle (defesa, por exemplo). No entanto, o conceito se refere a uma realidade social, onde muitas vezes a questão do território naturalizado é apresentada a partir de extensão e localização. Defesa, nesse caso, seria a vigilância sobre a base física. Uma outra concepção é a representação da dimensão simbólica do território, onde a identidade e pertencimento são elementos fundamentais. Muitas vezes, defesa é apresentada com forte clamor às nacionalidades.

Diante da complexidade social que vivemos, o debate da defesa de um território não deve ser dissociado das diversas redes construídas, produzidas nas relações entre instituições e indivíduos em sociedade organizada.

4. COMPLEXIDADE

Na sociedade brasileira atual podemos citar vários temas fundamentais na discussão sobre defesa: espaço cibernético, áreas marítimas, domínio aeroespacial, água doce, alimentos, energia e biodiversidade. Cada tema, dada a sua abrangência, já nos possibilitaria a escrita e apresentação de diversos textos.

Alguns temas poderiam ser pensados mediante a apresentação de características naturais do território, como a sua extensão real, não sendo consideradas sua construção no espaço e no tempo históricos.

Hoje, diante das mudanças no mundo técnico-científico-informacional, como propôs Milton Santos, não podemos deixar de considerar os problemas enfrentados nos territórios com o advento, desenvolvimento

e massificação da internet. O mundo conectado em rede traz desafios para os atores que pretendem “viver vigilantes” nos territórios que produzem tanto materialmente quanto simbolicamente suas relações. Para exemplificar já temos redes de vigilância sobre o território brasileiro, no entanto a segurança dessa vigilância tem que contar com investimentos, em contínua criação e renovação da tecnologia. Aqui dois elementos complexos em nossa sociedade, investimento em pesquisa científica para inovação tecnológica.

Ao território extenso do Brasil, há que considerar sua área marítima de dimensão vultuosa, que requer vigilância constante, devido a existência de recursos existentes, sobretudo, na plataforma continental.

A água doce, um recurso cobiçado no mundo inteiro, que já proporcionou conflitos em vários territórios, também é elemento a ser considerado na sua existência natural e de produção após tratamento. Esse quesito interessa a várias esferas da sociedade, desde famílias até empresários. Assim, a defesa dos aquíferos Alter do Chão e Guarani como bens para toda sociedade brasileira é estratégica, demandando investimentos para pesquisas e o conhecimento de como manter e utilizar um bem vital.

A defesa de um território, nesse caso, passa da sua superfície para as camadas subterrâneas do lençol freático. A complexidade se impõe em função do subsolo envolver interesses de vários Estados na América do Sul, pois um dos aquíferos é supranacional.

O Brasil como produtor de alimentos, precisa garantir a segurança das cadeias produtivas na sua diversidade territorial. A topografia, o clima, entre várias condições geográficas, jogam papel fundamental na discussão sobre alimentos. Assim, é necessário garantir a mobilidade no território, considerando a tríade terra-mar-ar, pensando políticas de articulação das redes terrestres, hidroviárias e aérea. A articulação das redes já existentes, é um bom começo para investimentos públicos e privados.

Como visto, muitas são as possibilidades de abordar a temática, contudo duas questões nos parecem claras para a discussão: é preciso avançar no debate e nas responsabilidades de defesa que cada sociedade organizada almeja; é necessário superar concepções de território fundadas somente no poder do Estado e considerar as possibilidades construídas por diversos atores.

REFERÊNCIAS

HAESBAERT, Rogério. Territórios alternativos. Niterói: EDUFF; São Paulo: CONTEXTO, 2002.

BRASIL. Ministério da Defesa. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília: Ministério da Defesa, 2020.

Processos de construção da territorialidade de um estado

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto foi explorar a produção de territorialidades no Mato Grosso do Sul. Na fronteira do Brasil com o Paraguai questões territoriais ligadas ao reconhecimento de territorialidades pelo Estado estão presentes em discussões que envolvem luta pela terra, território, direitos humanos e valorização identitária. Esse processo ganha visibilidade pela descolonização das visões eurocêntricas sobre os grupos subalternos e coloca na agenda de discussões a revitalização de modos de vida consuetudinários que são acionados na busca de legitimidade ao revelar os processos históricos de desterritorialização/precarização sofridos.

É importante lembrar que a análise de territorialidades nas áreas de fronteira deve levar em conta a multiplicidade de trajetórias, de sujeitos coletivos em disputa por espaço e poder, na produção de territórios e na afirmação de identidades pela reinvenção de suas territorialidades. Nesse sentido, algumas questões se impõem: de que territorialidade falamos? De que forma podemos analisar a construção da territorialidade de um Estado? Como são construídas territorialidades em áreas de fronteira?

Quando verificamos a história do conceito de territorialidade no campo da Geografia, vemos que o mesmo tem uma longa tradição analítica envolvendo vários enfoques sobre as relações sociedade-espaço. Foram múltiplas as abordagens que vieram no curso das transformações históricas do mundo, sendo metamorfoseadas conforme o movimento da disciplina e/ou as perspectivas filosóficas e políticas assumidas pelos autores. Dentre aqueles que se dedicaram ao conceito, podemos destacar, dentre outros, Ratzel (1988; 1990), Sack (1986), Raffestin (1993), Souza (2003, 2009), Santos (1996, 2004), Bonnemaïson (1981), Saquet (2007) e Haesbaert (2004; 2014) e Haesbaert e Mondardo (2010).

2. TERRITORIALIDADES NA FRONTEIRA DO BRASIL COM O PARAGUAI

Na fronteira do Brasil com o Paraguai, em especial, no Mato Grosso do Sul, no início do século XX o Estado brasileiro impôs a contenção territorial como lógica de controle dessas populações tradicionais com a criação de reservas indígenas, hoje os Guarani e Kaiowá, no Mato Grosso do Sul. Mesmo com toda uma biopolítica colonial de imposição de valores modernos, da disciplina ao trabalho e principalmente da contenção territorial de sua mobilidade, verificamos que o conflito

envolvendo fazendeiros e indígenas diz respeito aos fluxos descodificados e desterritorializantes que o Estado não conseguiu codificar no *socius*. O “fora” dessa inscrição – numa alusão à ideia de Deleuze e Guattari (2004) – imposta aos Guarani e Kaiowá emergiu, recentemente, na forma de organização e mobilização da identidade territorial coletiva manifestada em territorialidades alternativas. É claro que, como verificamos na pesquisa, não é somente um “fora”, pois os grupos indígenas também se inscreveram na ossatura do Estado para articular suas múltiplas alianças políticas na luta por *tekoha* e direitos humanos.

Ao longo do trabalho verificamos que desde o final do século XIX e início do XX o, na época, Mato Grosso, passou por uma dinâmica de homogeneização e fragmentação do seu espaço, de desterritorialização e reterritorialização. No processo de dominação e apropriação dessa área de fronteira a estratégia utilizada foi a de transferência desses povos indígenas para territórios-reserva que serviram como dispositivos de biopoder colonial. Embora Foucault (2008) desconsidere o mundo colonial, reconhecemos em espaços coloniais como o Mato Grosso do Sul o desenvolvimento de estratégias de transferência de populações para territórios-reserva. Essa nova tecnologia de poder, que associa o exercício da soberania ao controle e gestão do espaço com a criação de reservas, incluiu a contenção territorial (Haesbaert, 2009) para o controle da vida/circulação dos Guarani e Kaiowá.

Essa biopolítica colonial teve, portanto, várias etapas/momentos. Desde o fim da Guerra da Tríplice Aliança (1864 e 1870), e realizado o acordo que definiu os limites nacionais entre Brasil e Paraguai, verificamos que o Estado brasileiro teve como objetivo demarcar a fronteira e integrar essa área na formação da nação. Uma das primeiras atividades econômicas desse novo modelo foi desenvolvida pelo gaúcho Thomaz Laranjeira que, pela criação da Companhia Mate Laranjeira, deu início à exploração da erva-mate e a um movimento de desterritorialização das relações tradicionais dos povos indígenas.

Com isso, conseqüentemente, houve também uma forte atração de mão-de-obra paraguaia para essa atividade econômica. As atividades predominantes ao longo do século XX foram desenvolvidas com a participação efetiva de migrantes paraguaios, tanto na exploração e processamento da erva-mate, quanto na atividade pecuária, além das inúmeras prestações de serviços. Muitos desses paraguaios migraram para o Mato Grosso do Sul após a Guerra da Tríplice Aliança. A miséria que assolou o país promoveu uma marcha de desterritorializados, especialmente do campo, em direção aos países vizinhos com o Brasil e a Argentina. Boa parte migrava em busca de segurança, emprego e sobrevivência, pois além das atividades produtivas e das plantações que foram destruídas, as terras passaram, nesse momento, para as mãos de grupos internacionais.

Nesse sentido, para que a integração nacional fosse realizada nessa área de fronteira, alguns sujeitos deveriam ser transferidos. Foi assim que, no início do século XX, a política estatal de integração nacional foi fundamental para esse processo. No período de 1915 a 1928, o Serviço de Proteção ao Índio – SPI (atualmente, Fundação Nacional do Índio – FUNAI) criou oito reservas para os Guarani e Kaiowá com a finalidade de reunir e agrupar indígenas em territórios circunscritos e delimitados. Essa geopolítica estatal tinha por objetivo “liberar” as terras no sul do, na época, estado de Mato Grosso para o avanço das frentes de expansão da sociedade moderna ocidental na construção do território e da identidade nacionais. Com isso, nesse primeiro momento, houve o avanço da exploração extrativista da erva-mate e a formação das primeiras fazendas com o desenvolvimento da pecuária extensiva.

Na década de 1940, o governo Getúlio Vargas cria a Colônia agrícola Nacional de Dourados (CAND), o que atraiu milhares de minifundiários para a região e distribuiu títulos de propriedade para aqueles que se mantivessem na terra, o que deu continuidade ao movimento de desterritorialização sofrido dos povos indígenas. No entanto, foi a partir da década de 1970, com a expansão da fronteira agrícola moderna para o Centro-Oeste brasileiro e a migração sulista, que se promoveu uma intensificação do movimento de desterritorialização dos povos indígenas. Na última década, esse movimento foi acelerado devido à expansão agressiva das áreas de monocultura de soja e de milho, de pecuária de corte, de cana-de-açúcar e de produção de etanol, além da exploração de recursos minerais.

No Mato Grosso do Sul a presença de migrantes sulistas teve, desde o final do século XIX até o início do XXI, participação decisiva e protagonismo na produção de territórios e na elaboração de novas territorialidades. Desde a participação na Guerra da Tríplice Aliança, passando pelas atividades econômicas da Companhia Mate Laranjeira, pelo processo de colonização da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), até a expansão da “modernização da agricultura” com a monocultura da soja, os migrantes sulistas tiveram presença fundamental, seja como sujeitos da exploração, da nova apropriação da força de trabalho, da modernização agroindustrial, da produção agrícola e do agronegócio, enfim, da presença ambígua e contraditória marcada pelos traços da tradição e da modernização desse território de fronteira por meio de suas múltiplas territorialidades.

Por sua vez, a construção da territorialidade Guarani e Kaiowá na luta por terra e direitos humanos depende, assim, cada vez mais do trânsito e da vivência entre múltiplos territórios de ação coletiva, o que possibilita

a construção de uma multiterritorialidade pela articulação, sucessiva ou simultânea, de várias escalas de ação, principalmente, de resistência cotidiana. Essa multiterritorialidade, para retomar a ideia de Haesbaert (2004), é construída pela possibilidade de articulação de nossos múltiplos territórios onde possuímos vínculos. Essa experiência compartilhada de nossos “múltiplos territórios” combina lógicas de domínio, apropriação e controle territoriais distintos, isto é, aquela do território-zona e a do território-rede.

Já a transterritorialidade estaria associada ao trânsito dos sujeitos através dos territórios como, por exemplo, em nosso caso, dos fazendeiros “gaúchos” e dos Guarani e Kaiowá que constroem, cada qual a seu modo (embora não seja, somente, numa lógica lado a lado), uma territorialidade transfronteiriça de trânsito por essa passagem entre países, e articulam territórios-zona com redes econômicas, políticas e culturais construídas em ambos os lados da fronteira.

Essa multi/transterritorialidade também está em elaboração por meio dos fenômenos associados à “geometria de poder da compressão tempo-espço”, retomando a discussão de Massey (2005). Os novos meios de comunicação/informação interferem diretamente na vida, na organização social e na construção dos territórios e territorialidades dos Guarani e Kaiowá. Nesse sentido, ambas as multi/transterritorialidades são produzidas pelo conflito de interesses e em lógicas territoriais distintas de apropriação e dominação do espaço. Por isso, mais do que lado a lado, essas territorialidades são produzidas por redes complexas de poderes e em múltiplas escalas de articulação. É importante, como demonstramos no trabalho, verificar as transversalidades envolvidas nas relações entre esses sujeitos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, pensamos que os conflitos territoriais envolvendo diferentes grupos culturais como analisados em nossa pesquisa, são potenciais produtores de novas territorialidades. Assim, é possível afirmar que nos conflitos territoriais que analisamos houve uma afirmação, organização, mobilização e reinvenção das territorialidades – bem ou mal demarcadas, com ou sem trânsito entre elas – que possibilitaram a produção de multi/transterritorialidades como estratégias de conquista e defesa de espaço. Contudo, tanto quanto a criação de novas territorialidades é necessário pensar/produzir novos espaços de identificação e pertencimento para a reinvenção de formas simbólicas e afetivas de convivência onde a tolerância e o aprendizado com o outro devem ser valores fundamentais.

REFERÊNCIAS

HBONNEMAISON, J. Voyage autor du territoire. *L'Espace Géographique*, Paris, n. 4, 1981, p. 249-262.

DELEUZE, G. GUATTARI, F. *O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HAESBAERT, R. MONDARDO, M. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. *GEOgraphia*, n. 24, 2010.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

MASSEY, Doreen. *For Space*. London: Sage, 2005.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. Geografia do homem. In: MORAES, A. C. R. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.

RATZEL, F. *Géographie politique*. Paris: Économica, 1988.

SACK, R. D. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, M. O retorno do Território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 15-20.

SAQUET, M. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, M. J. L. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A. SPOSITO, E. S. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 57-72.

SOUZA, M. J. L. de. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 5 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003, pp. 77-116.

Por um Complexo Regional de Segurança na América do Sul¹

1. INTRODUÇÃO

O objetivo central desse artigo é o de analisar brevemente, formas de cooperação subcontinental no que tange ao controle fronteiriço, em especial, por meio do conceito de Complexo Regional de Segurança². Para tanto, consideramos a hipótese de que a securitização³ dos ativos estratégicos comuns⁴, pode surgir como um fator indutor da parceria entre os países sul-americanos. Sendo assim, os principais desafios enfrentados pela vasta fronteira brasileira, poderiam ser relativamente solucionados, em especial, o tema da porosidade e da presença de atores extrarregionais na América do Sul.

Como base para o mapeamento dos ativos estratégicos comuns, iniciamos apresentando a tabela 1, abaixo. É importante salientar que os dados e indicadores trabalhados provêm de diversas instituições e organizações, de forma que possuem variadas datas e metodologias de produção e contabilização.

¹ Esse pequeno artigo trabalha com temas amplamente abordados pela tese de doutorado do autor, intitulada “Dilemas da Integração Sul-Americana: entre a geoestratégia da contenção e a geoeconomia da concorrência”, defendida em 2014 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas.

² Complexos Regionais de Segurança são conjuntos estratégicos multipolares, “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira independente” (Buzan & Waever *apud* Cepik, 2005).

³ Securitização parte da ideia do uso do discurso da ameaça existencial com o objetivo de levar um assunto para fora das condições da política normal, o que, em situações extraordinárias, abriria possibilidades de adoção de procedimentos para além do eixo político-diplomático, ou seja, por meio do uso da força (Buzan *et al*, 1998).

⁴ Ativos Estratégicos Comuns termo utilizado na Declaração de Assunção dos ministros de Defesas, em 6 de abril de 2009.

Tabela 1 - Oferta sul-americana de recursos naturais estratégicos.

País	População aproximada em 2010	Águas [1] Volume (Km ³ /ano) [2]	Florestas [3] (Milhares de hectares) (1000 Hás) [4]	Gás [5] (Trilhões de metros cúbicos)	Minérios [6] (Toneladas)	Petróleo [7] (bilhões de barris)	Pesca [8] Peixes, crustáceos, Moluscos, etc (Toneladas)	Biodiversidade [9] Plantas, mamíferos, aves e répteis conhecidos (quantidade de espécies)
Argentina	40.686.732	814	33021 (12.4% TTN)	0.44 (0.2% TM)	-	2.6 (0.2% TM)	933902	10623
Bolívia	10.030.832	623	58740 (54.2% TTN)	0.77 (0.4% TM)	-	-	7090	18911
Brasil	190.756.799	8233	477698 (57.2% TTN)	0.33 (0.2% TM)	-	12.6 (1.0% TM) [10]	1006066	58333
Chile	17.134.708	922	16121 (21.5% TTN)	-	-	-	5028539	5761
Colômbia	46.300.196	2132	60728 (21.5% TTN)	0.11 (0.1% TM)	-	1.4 (0.1% TM)	181072	53672
Equador	13.774.909	424	10853 (39.2% TTN)	-	-	3.8 (0.3% TM)	486023	21432
Guiana	761.442	241	15104 (76.7% TTN)	-	-	-	53980	7290
Paraguai	6.469.727	336	18475 (46.6% TTN)	-	-	-	23100	8832
Peru	29.496.120	1913	68742 (53.7% TTN)	0.33 (0.2% TM)	-	1.1 (0.1% TM)	9416130	20606
Suriname	524.345	122	14776 (94.7% TTN)	-	-	-	40191	5952
Uruguai	3.372.222	139	1506 (8.6% TTN)	-	-	-	129953	2597
Venezuela	29.043.555	1233	47713 (54.1% TTN)	4.84 (2.6% TM)	-	99.4 (7.9% TM)	492210	23019
Total América do Sul [11] (sem Guiana Francesa e Ilhas Malvinas)	364000000 (57.4% TM)	17132 (28 % TM)	823477 (47.7% TTC) (20.8% TTM)	-	-	-	17306966 (12.2% TM)	(Alrededor de 40 % del TM)
Total América Latina	-	-	924163 (44.96% TTR)	-	61503 (Alrededor de 24 % del TM)	-	-	-
Total mundial (TM)	6.336.000000 (100% TM)	Aprox. 61185 (100%)	3952025 (23.45% TTM)	185.02 (100% TM)	249089 (100% TM)	1256.0 (100% TM)	141403138 (100% TM)	-

[1] É importante apontar que a região possui aproximadamente 28% das reservas mundiais de água.

[2] Fonte: FAO. Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação. Programa de Avaliação dos Recursos Florestais Mundiais (FRA), 2005.

[3] É importante observar que existe uma grande diversidade de recursos estratégicos nos diferentes biomas florestais.

[4] Fonte: FAO. Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação. Programa de Avaliação dos Recursos Florestais Mundiais (FRA), 2005.

[5] Fonte: BP Statistical Review of World Energy—Junho de 2009.

[6] Soma dos minérios (Bauxita, alumínio primário, cobre mina, cobre refinado, ouro mina, chumbo mina, chumbo refinado, níquel mina, níquel refinado, prata, estanho mina, estanho refinado, zinco mina, zinco refinado), dados aproximados adaptados do World Metal Statistics Yearbook 2003 apud: Albarera, F. Série recursos naturais e infraestrutura, CEPAL, dezembro de 2004. Mais especificado na tabela abaixo.

[7] Porcentuais referentes às reservas dos países. Fonte: BP Statistical Review of World Energy—Junho de 2009.

[8] Fonte: FAO: Departamento de pesca aquicultura—capture production 2005 - FAO Yearbook of Fishery Statistics Vol. 100/1, 2007. Online: http://ftp.fao.org/fis/statsummary/summ_05/a-0a.pdf

[9] Fonte: World Resources Institute (WRI), World Resources 2000-2001 apud: Albarera, F. Série recursos naturais e infraestrutura, CEPAL, dezembro de 2004.

[10] Sem o Pré-sal.

[11] É importante apontar que a América do Sul concentra 28% dos recursos hídricos mundiais, segundo Shiklomanov: World water Resources at the Beginning of the 21st Century, 1999.

TM – TOTAL MUNDIAL, TTN – TOTAL DO TERRITÓRIO NACIONAL (ocupado por florestas), TTC – TOTAL DO TERRITÓRIO CONTINENTAL (ocupado por florestas), TTR – TOTAL DO TERRITÓRIO REGIONAL (ocupado por florestas), TTM – TOTAL DO TERRITÓRIO MUNDIAL (ocupado por florestas).

Fonte: O autor.

Em uma breve interpretação da tabela 1, podemos dizer que a América do Sul se destaca na concentração de alguns ativos estratégicos comuns.

A reserva de água, por exemplo, é um dos recursos naturais da América do Sul que tem um peso importante no cenário internacional. Responsável por aproximadamente 28% do total mundial de recursos hídricos a níveis superficiais e subsuperficiais, destacam-se reservas como: Aquífero Guarani, Aquífero Alter do Chão, os rios da região amazônica e as geleiras dos Andes.

Em relação às florestas, o continente sul-americano concentra aproximadamente 29,45% das reservas florestais do mundo. Desse total, grande parte são reservas localizadas em zona de clima tropical e equatorial, com uma importante quantidade de espécies animais e vegetais que correspondem a aproximadamente 40% da biodiversidade mundial. Os biomas como a região amazônica, o Cerrado, a Patagônia e o Pantanal destacam-se entre as grandes reservas continentais.

Já em hidrocarbonetos, a América do Sul concentra importantes reservas a nível regional. O subcontinente possui uma importante relevância mundial em termos de reservas petrolíferas, concentradas especialmente na Golfo da Venezuela e na Amazônia Azul.

Quanto aos minérios, o subcontinente possui grandes reservas dos principais minerais, sendo responsável por aproximadamente 24% das reservas mundiais. Na tabela 2, logo abaixo, buscamos apontar, de modo mais específico, o peso dos países da região em relação à reserva mundial dos principais minerais.

Em relação à pesca, a região não tem tanta relevância, já que é responsável por aproximadamente 12% da produção mundial. Neste cenário, o Peru é um exemplo que se destaca como o segundo produtor mundial, muito favorecido pelas águas geladas da sua costa, diretamente influenciada pela Corrente de Humboldt.

Tabela 2 - Oferta sul-americana de recursos naturais estratégicos.⁵

	Alumínio (Produção 2008)	Bauxita (Reservas 2008)	Cobre (Reservas 2008)	Estanho (Reserva base- potencial)	Ouro (Reservas 2008)	Lítio (Reservas base- potencial)	Níquel (Reservas 2008)	Prata (Produção 2008)	Chumbo (Reservas 2008)	Nióbio (Reservas 2008)	Zinco (Reservas 2008)
Argentina											
Bolívia						49%					
Brasil	4,20%	7,00%		22,70%	10,80%	8,20%	8,40%			90%	
Chile			2,90%		4,20%	27,20%		9,50%			
Colômbia							2,00%				
Equador											
Guiana											
Paraguai											
Peru			1,10%	0,90%	2,98%			17,20%	4,40%		10%
Suriname											
Uruguai											
Venezuela	1,44%	1,18%					0,80%				

Fonte: O autor.

⁵ Adaptado da Fonte: Mineral Commodity Summaries, 2009. Online: <http://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/mcs/>

A tabela 2 foi construída em função da enorme variedade de minerais distribuídos pelo mundo. A concentração dessa imensa diversidade pode ser notada na América do Sul ao assinalar as reservas mundiais de alguns dos principais minerais na atualidade.

Um dos minerais de maior relevância aos avanços na área de telecomunicação é o Nióbio e aproximadamente 95% das reservas mundiais estão concentradas na região amazônica brasileira, o que constitui um motivo de muita preocupação entre as autoridades brasileiras, especialmente para os militares.

Outro mineral que chama a atenção por sua concentração na região e que é motivo de grande preocupação geoestratégica é o Lítio e a Bolívia possui aproximadamente 49% de todas as reservas desta matéria-prima, essencial para a produção de baterias.

Pode-se dizer que, em geral, notamos importantes reservas dos minerais em países como Brasil, Chile, Peru, Venezuela, Bolívia e Colômbia.

É importante destacar também o potencial agrícola da América do Sul. Com imensas terras férteis e desocupadas, a região é responsável por grande parte dos alimentos produzidos no mundo, em especial a produção de grãos como a soja, o trigo e milho; de frutas; de lácteos; e de carne bovina e de frango. Na tabela 3 houve um esforço de sintetizar o potencial agrícola dos países da região através dos dados da qualidade dos solos, fornecidos pela FAO em 2000.

Tabela 3 - Terras aptas para a agricultura na América do Sul.

	Terras aráveis (hectares) [1]	Superfície com solo sem restrição geomorfológica [2] – 'apto' para a agricultura– 1000 Km2 [3]	Porcentual de solo 'apto' para a agricultura [4]
Argentina	27.500.000	922	33%
Bolívia	3.050.000	298	27%
Brasil	59.000.000	741	9%
Chile	1.982.000	135	18%
Colômbia	2.004.000	304	27%
Equador	1.348.000	105	37%
Guiana	450.000	36	17%
Paraguai	3.040.000	115	28%
Peru	3.700.000	186	15%
Suriname	58.000	32	20%
Uruguai	1.370.000	73	39%
Venezuela	2.600.000	192	21%

[1] Fonte: CIA 2003 e 2005. Online: www.nationsmaster.com/country/region

[2] Fonte: FAO 2000.

[3] É importante observar que o total de áreas sem restrições não consideram solos que possam ser trabalhados de maneira a torná-los férteis e sem problemas ou falhas pedo-geomorfológicas.

[4] Fonte: FAO 2000.

Devido às dificuldades para obter os dados necessários para a medição do total de superfícies aptas para a agricultura, buscou-se trabalhar este tema a partir dos dados fornecidos pela FAO no ano de 2000, que trata dos solos sem restrições geomorfológicas. Estes dados, ademais de estarem desatualizados, possuem certas distorções referentes à metodologia empregada, como, por exemplo, o caso do Brasil, cuja expansão agropecuária desenvolveu-se muito nos últimos dez anos, se expandiu às áreas com solos que possuíam restrições e na faixa de áreas de proteção ambiental, em especial na região amazônica.

Por fim, frente ao cenário apresentado, consideramos que a securitização dos recursos naturais em âmbito subcontinental poderia surgir como um fator convergente à formação de um Complexo Regional de Segurança, o que impactaria positivamente na gestão e no controle territorial, especialmente fronteiriço, dos países sul-americanos. Dessa forma, a reativação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), surge como uma oportunidade para resgatar a ideia de composição de um Conselho de Defesa Sul-Americano, ampliando assim, o intercâmbio entre os países da região no campo da defesa e segurança intrarregional.

REFERÊNCIAS

BUZAN, B. *People, states & fears: an agenda for international security studies in the post-Cold War era*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1991.

WAEVER, O. *Regions and Powers: the structure of International security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CEPIK, M. *Segurança na América do Sul: Traços estruturais e dinâmica conjuntural*. Rio de Janeiro: OPSA/IUERJ, N9, 2005.

Autores

PROF. DR. CARLOS EDUARDO VALLE ROSA (CEL AV. R1)

Possui Doutorado em Geografia, Mestrado em Ciências Aeroespaciais, Bacharelado e Licenciatura em História e Bacharelado em Ciências Aeronáuticas. É especialista em Didática do Ensino Superior, Pedagogia Empresarial e possui MBA em Gestão Administrativa e Desenvolvimento Gerencial Avançado, e MBA em Gestão Estratégica em Defesa.



É professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais da UNIFA, onde ministra aulas de Teoria do Poder Aeroespacial, Pensamento Estratégico Aeroespacial, História da Aviação Militar. É membro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) e integrante dos Projetos de Pesquisa da PROCAD-CAPEs “Astros 2020” e “Sementes do Futuro”. É líder do grupo de pesquisa Geopolítica Aeroespacial.

PROF. DR. EDUARDO KAROL

Doutor e Mestre em Ciências (área de concentração Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2000 e 2014). Graduado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (1990). Atualmente é professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atua na Graduação e Pós-Graduação na Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, RJ, no Departamento de Geografia, nas disciplinas Geografia da População, Geografia Política e Geopolítica, atuando principalmente nos seguintes temas:



ensino de Geografia, Geografia política e Geopolítica, População e Globalização. Coordena o Grupo de Pesquisa GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA. Professor do Programa de Pós Graduação em Geografia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

PROF. DR. MARCOS LEANDRO MONDARDO

Doutor e Pós-Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Tem experiência na área de Geografia Política e Geopolítica, atuando no ensino e na pesquisa com os seguintes temas: território e territorialidade, Estado e fronteira.



Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Território e Fronteira (NUTEF/UFGD).

**PROF. DR.
VITOR S. GABRIEL DE PIERI**

Professor Adjunto do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde atua em atividades de ensino, pesquisa e extensão vinculadas ao Departamento de Turismo (DTUR), Departamento de Geografia Humana (DGH), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial (PPGDT) e Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Geografia (PROFGEO). Coordenou por duas vezes e está atualmente como Sub-Chefe do DTUR, tendo participado ativamente da implementação da reforma curricular, dos concursos para os novos docentes e da consolidação do departamento no Campus Maracanã.



É Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Bacharel em Lazer e Turismo pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Bolonha (UNIBO/Itália), Mestre em Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE), Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Livre-Docente em Geografia do Turismo pela Universidade de São Paulo (USP). Desenvolve pesquisas nas áreas de Turismo, Geopolítica e Relações Internacionais (Macroeconomia, Política Externa Brasileira e Integração Regional).

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CEE

Criado pela Portaria nº 017/CMT de 23 de junho de 2008, o Centro de Estudos Estratégicos (CEE) da Universidade da Força Aérea (UNIFA) foi concebido como um ambiente de fomento à reflexão acadêmica sobre as Ciências Aeroespaciais. Em 2018, teve sua denominação alterada para Centro de Estudos Avançados (CEA) e, em 2021, retornou à sua designação original, Centro de Estudos Estratégicos, preservando suas primeiras orientações e subordinação direta ao Comando da Universidade da Força Aérea. Nesse período, o CEE tem contribuído com o campus da UNIFA e a comunidade acadêmica no desenvolvimento de espaços de interação, discussão e produção do conhecimento.

Diante desse cenário, o Centro de Estudos Estratégicos (CEE) procura identificar o binômio “processos versus demandas”, em que ações deverão ser implementadas e aperfeiçoadas, a fim de agregarem valor às atividades das Escolas, Pró-reitorias, Centros e demais organizações sediadas no campus da UNIFA, que desenvolvam atividades com chances de serem potencializadas, na junção de esforços com o CEE.

Conforme letra “b” do item 3.1.8.2.3, citado no Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade da Força Aérea (PDI), de 16 de março de 2021, o CEE tem como atividade: Identificar demandas pelo conhecimento relativo ao Poder Aeroespacial e à Estratégia Nacional (END) e agir como indutor para o desenvolvimento de grupos temáticos de pesquisas, envolvendo os corpos docentes e discente da UNIFA, das Escolas do campus e de outras instituições acadêmicas militares e civis, visando o debate de temas relevantes para a pós-graduação e a pós-graduação do Oficial da Aeronáutica [...] (PCA 37-20, 2021).

Esse contexto reforça a missão do CEE de expandir o conhecimento sobre temas relevantes ao Comando da Aeronáutica, Estratégia e Defesa Nacional, na UNIFA, com a visão de ser um espaço de debate e reflexões sobre o Poder Aeroespacial e seus impactos presentes e futuros.

Sinopse

A I Jornada de Estudos do Poder Aeroespacial discutiu sobre o desafio de monitorar, fiscalizar, proteger e defender a parte do território que diz respeito ao ambiente atmosférico, área de atuação do Poder Aeroespacial, em defesa contra o risco do comprometimento da soberania sobre o território nacional.

